



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 078

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 09 DE AGOSTO DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PP

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PP Cida Borghetti
PT Tadeu Veneri
PDT Barbosa Neto
PL Mauro Moraes
PPS Waldir Leite

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **PL** - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; **PTB** - 02: Ailton Araújo - Carlos Simões; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **Sem Partido** - 02: Luiz Carlos Martins - Jocelito Canto.

DIÁRIO Nº 078**SUMÁRIO**

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão Ordinária	03
Expediente:	
Ofícios.....	03
Requerimentos	03
Projetos de Lei	07
Pequeno Expediente:	
Dep. Barbosa Neto	09
Dep. Valdir Rossoni	10
Dep. Nereu Moura	11
Dep. Elza Correia.....	12
Horário das Lideranças:	
Liderança da Oposição:	
Dep. Valdir Rossoni	12
Liderança do PDT:	
Dep. Barbosa Neto	09
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	15
Discussão / Votação:	
Redação Final.....	15
3ª Discussão	16
2ª Discussão	16
1ª Discussão	17
Discussão Única (Indicações) ...	21
Requerimentos	22
Encerramento da Sessão Ordinária.....	22
Publicações:	
Ata de Comissão	
Com. de Ecol. e Meio Amb.....	22

073ª SESSÃO ORDINÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 073ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
09 DE AGOSTO DE 2005**

*(terça-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Pedro Ivo Ilkiv, secretariado pelos Srs. Deputados Nereu Moura e Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Braddock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Valdir Rossoni e Waldir Leite (42). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Carlos Simões, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Mauro Moraes, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães e Tadeu Veneri (09); e em viagem representativa os Srs. Deputados: Ademir Bier, Elton Carlos Welter e José Domingos Scarpellini (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

Abertura da Sessão Ordinária:

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº CTL/CC 126/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 009/2005, de autoria do Deputado Dele-gado Bradock, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 127/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 040/2004, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, por julgá-lo em parte inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 130/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver vetado parcialmente o Projeto de Lei nº 196/2005, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 128 e 131/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei nºs:

048/2005: De autoria do Deputado Natálio Stica que, assegura, nos estabelecimentos de ensino superior, públicos e privados, a livre organização dos Centros Acadêmicos, Diretórios Acadêmicos e Diretórios Centrais dos Estudantes, conforme especifica, o qual foi convertido em Lei nº 14.808. **Anote-se - Arquite-se.**

350/2003: De autoria dos Deputados Barbosa Neto e Elza Correia que, concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Dalton Fonseca Parana-guá, o qual foi convertido em Lei nº 14.816. **Anote-se - Arquite-se.**

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2246

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei Complementar nº 487/2004, que objetiva alterar a redação da Lei Complementar nº 81. (Região Metropolitana de Londrina)

Sala das Sessões, em 09.08.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 2253

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 367/2005, Mensagem nº 026/2005, de autoria do Poder Executivo, que tem como objetivo criar o Instituto de Regularização Fundiária, Agrária e de Geociência - IRFA.

Sala das Sessões, em 09.08.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 2259

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, calcado em suas atribuições legais e embasado no artigo 131 parágrafo 2º, XII do Regimento Interno desta Casa, REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei nº 447 de 2005.

Sala das Sessões, em 09.08.2005.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

O projeto em tela trata de doação de um imóvel do Estado do Paraná para o Município de Porto Barreiro. A necessidade da urgência se dá pela necessidade de implantação de um Centro de Treinamento do Agricultor Familiar (CETRAF). O projeto é de autoria do Poder Executivo, e assim já demonstra o interesse (conveniência) do Estado do Paraná, já que o fim a que se destinará o imóvel se coaduna com bem comum e com os programas governamentais.

Assim o regime de urgência se justifica pela necessidade do espaço para a promoção do programa retro citado, que garantirá a qualificação dos agricultores familiares do Município.

REQUERIMENTO Nº 2250

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER a retirada do Projeto de Lei nº 384/2004, item 10 da pauta, por 03 sessões.

Sala das Sessões, em 09.08.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 2258

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, que este subscreve, pede licença para representar a Assembléia na cidade de Telêmaco Borba, no Encontro sobre o PRODETUR Sul, por mim criado, a se realizar amanhã, no hotel Ikapê de Monte Alegre.

Sala das Sessões, em 09.08.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Nos termos do ofício convite anexo.

REQUERIMENTO Nº 2248

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja marcada Sessão Solene no dia 14.09.2005 às 17h00 para comemoração dos 152 anos da Polícia Civil do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 09.08.2005.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO Nº 2255

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento, aos 90 anos, do Sr. Batista de Andrade.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 09.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2242

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve REQUER à Mesa, nos termos regimentais, a inserção em Ata dos trabalhos desta Sessão, de um voto de pesar pelo falecimento de Flávio Chagas Lima, ocorrido em 5 de agosto de 2005.

Requer mais, que da manifestação aqui registrada, seja dado ciência à família enlutada, na pessoa de sua esposa, Sra. Nair Chagas Lima, e aos filhos Flávio Sergio Chagas Lima e Shirley Aroni Ramalho, no endereço Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 440, ap. 61, CEP 80.410-180, nesta cidade.

Sala das Sessões, em 09.08.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Flávio Chagas Lima foi empresário no ramo da construção de obras públicas e teve intensa atividade no automobilismo, tendo sido Diretor-Proprietário do Autódromo Internacional de Curitiba, presidente da Federação Paranaense de Automobilismo e Vice-Presidente da Confederação Brasileira de Automobilismo.

Deixa viúva Nair Costa Lima e os filhos Flávio Sergio Chagas Lima e Shirley Aroni Ramalho.

REQUERIMENTO Nº 2244

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consagração, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de Goioerê, pelo transcurso de seus 50 anos de emancipação política, no próximo dia 10 de agosto do corrente ano.

Requer outrossim que da decisão da Casa seja dado ciência ao Sr. Prefeito Municipal ao Vice-Prefeito, bem como, através do Sr. Presidente daquele Legislativo, Vereador José Lopes Rodrigues e todos os Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e transmitam à população goioerense as homenagens que aqui prestamos.

Sala das Sessões, em 09.08.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Compartilhamos da alegria dos irmãos goioerenses, na significativa data do transcurso, dos seus 50 anos de emancipação político-administrativa, o Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, renova sua homenagem de reconhecimento a toda a população, na certeza de que continuarão na trilha do progresso.

Goioerê, conservando as relíquias de seu passado, suas tradições, o espírito de luta de sua laboriosa e culta população, que com muito trabalho dá sua importante contribuição para o progresso do Estado do Paraná e do Brasil, e, com seus administradores de todos os tempos preocupados e comprometidos com a melhoria de vida de sua população, é merecedora de nossa confiança e aplausos por seu constante desenvolvimento.

Parabenizamos, portanto, com esta proposição, o povo sincero e amigo de nossa querida Goioerê.

Vemos com muito orgulho que apesar das crises que se instalaram no País, Goioerê caminha a passos certos rumo ao seu desenvolvimento, mostrando que com trabalho e dedicação é que se chega ao progresso.

Goioerê pode orgulhar-se de seu passado e de seus filhos, de ontem e de hoje, ali nascidos ou vindos de outras plagas, pois o município é um respeitável acervo de tradição que não se esgota nunca. Essa herança cultural tem sido preservada e multiplicada pelas novas gerações.

Portanto, toda a população de Goioerê, merece nosso respeito e admiração nesta data tão significativa do transcurso de seus 50 anos de emancipação política, de uma maneira ou de outra, dão sua importante parcela de contribuição não medindo esforços em prol de seu crescimento.

Estendemos nosso agradecimento a todos aqueles que deram parte de sua vida em favor de sua terra e de sua gente trabalhadora, que confia no amanhã.

REQUERIMENTO Nº 2241

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações ao Capitão QOPM, Wagner Chervinski; 3º Sgt QPM 1 Valter Frank Junior; CB QPM 1, Waldemar Arruda Palhano; Soldado QPM 1 Eduardo de Paula Almeida; e, Soldado QPM, 1 Cleber Porfírio de Andrade, pelo excelente atendimento a várias ocorrências realizadas no Centro Cívico, com a prisão de ladrões de carros que vinham atuando na região.

Sala das Sessões, em 09.08.2005.

(a) FRANCISCO BÜHRER

REQUERIMENTO Nº 2257

Senhor Presidente:

Valendo-se de suas prerrogativas regimentais, o Deputado adiante firmado, REQUER, ao Plenário desta Casa Legislativa a aprovação para serem registrados cumprimentos e congratulações, nos Anais da Sessão Plenária do dia de hoje, à Cooperativa Agrícola Mista Rondon Ltda - COPAGRIL 0, com sede em Marechal Cândido Rondon, pela comemoração do 35º aniversário de fundação, neste dia 09 de agosto.

O retrato fiel de uma organização traz em si as cores do passado, o brilho do presente e os lampejos do futuro. Reconhecer os feitos do pioneirismo é base profunda do idealismo. Cultivá-lo é um dever e, sobretudo, uma honra.

Pioneirismo que a fé, que tudo explica e tudo transforma, começou a solidificar, num instante do passado, um alicerce frágil e desconhecido, como foi o princípio da Cooperativa Agrícola Mista Rondon Ltda., hoje, simples e orgulhosamente conhecida como COPAGRIL, em uma organização sólida, crescente e de resultados, firmada em 35 anos de existência.

Algo precisava ser feito nas décadas passadas na agropecuária brasileira, com vistas à maior eficiência de suas atividades e nos resultados advindos, cuja inadequação à dinâmica de administração e transformação vinha desfigurando o País como potência agrícola e incapaz de competir nos mercados internacionais. Não restava outro caminho que não fosse o desvincular-se das peias anacrônicas do cultivo e da criação de sobrevivência.

Da convivência harmoniosa entre a arte, a imaginação e a razão, acontecem as mudanças e surgem as grandes realizações, quase sempre feitos por homens com visão de futuro, talhados para a grandeza. Liderança de uma nova era que despertava ante o deslumbrar de toda a nação. A primitiva agricultura brasileira adquiria contornos de vitalidade econômica e buscava forte inserção no comércio internacional.

A história da COPAGRIL se principia nessa esteira de mudanças radicais na atividade agropecuária nacional. Assim, em 09 de agosto de 1970, 29 produtores rurais,

devidamente doutrinados e preparados, fundam a Cooperativa Agrícola Mista Rondon Limitada.

Lançavam eles as sementes do cooperativismo em Marechal Cândido Rondon e o faziam no terreno fértil de gente irmã, ordeira trabalhadora e de muita fé. Reconhecimento que 35 anos após reafirmamos neste Parlamento.

Com certeza, a nova experiência para dar corpo ao propósito ajustado, somado a noites insones, onde as mentes vagavam para encontrar as melhores soluções para enfrentar os desafios, era um canto em intenção para o futuro promissor e uma prece de amor aos campos e às searas.

O crescimento e o desenvolvimento de qualquer setor da atividade humana é, antes de tudo, uma manifestação do querer coletivo e o despertar do querer é tarefa daqueles que almejam não apenas o melhor para si mesmo, mas sim, para toda a coletividades.

Quero aqui registrar as homenagens devidas a diretoria pioneira da COPAGRIL, nas pessoas de Arlindo Alberto Lamb (primeiro Prefeito de Marechal Cândido Rondon), como Presidente: Guido Rockembach, Vice-Presidente; Plínio Kleemann, Secretário; Conselho de Administração: Titulares - Arlindo Schwantes, Siegfried Graff e Harry Pydd; Suplentes - Elmo Lauro Gall, Vicente Lauro Lang e Ilmo Kopper; Conselho Fiscal: Titulares - Reinwald Adolfo Prochnow, Alberto Dresch e Erci Sturm; e suplentes - Guido Port, Artur João Toeber e Teodoro Konieczniak.

Esses homens estruturaram na simplicidade de suas capacidades firmes e devotadas e determinação que desencadeou tempos contínuos de franco desenvolvimento à sua organização cooperativa. Que ao passar das décadas se agigantou, chegando em 2005 a um quadro associativo de cerca de 3.600 associados; dezesseis unidades de recebimento de produtos agrícolas, unidades de abate e lojas de revenda de produtos agropecuários, instaladas no oeste do Paraná e no Mato Grosso do Sul.

Ao longo de 35 anos, a COPAGRIL foi dirigida por cinco presidentes: 1º Presidente (1970 a 1974): Arlindo Alberto Lamb; 2º Presidente (1974 a 1978): Veterinário Leopoldo Piotrowski; 3º Presidente (1979 a 1988): Anfredo Kunkel; 4º Presidente (1988 a 1999): Valter Vanzela; e atual Presidente (desde 2000): Ricardo Silvio Chapla.

Imbuídos com a mesma convicção que inspirou os fundadores da COPAGRIL, esses abnegados presidentes conjuntamente com seus companheiros de diretoria, deixaram retratado o verdadeiro espírito norteador: ausência de compromisso senão com o cargo, com a sua gente e com o País, coerência de atitudes, determinação e confiança. Eis que seus nomes se inserem no elenco das homenagens pelo “mérito” dos deveres assumidos e bem cumpridos.

O homem de hoje, acostumado ao exatismo dos números e às quantificações precisas, muitas vezes esquece que a individualidade humana provém de sua própria essência. Essa individualidade que faz de cada

criatura um mundo distinto, jamais se perderá na impessoalidade das alavancas do progresso. A ousadia de 09 de agosto de 1970 em Marechal Cândido Rondon e no Oeste do Paraná é um eloqüente exemplo da “individualidade” realizadora, dádiva divina que separa o rol dos seres humanos os construtores da história. E é no cooperativismo - não há outra maneira salutar - que a realização sempre se faz na união das “individualidades” realizadas, cujo fruto todos conhecemos e desfrutamos: a união faz o progresso.

Em trinta e cinco anos a COPAGRIL tem um retrospecto histórico pontuado por feitos e ações pujantes que veio a proporcionar e proporciona relevantes benefícios no âmbito do espaço de sua exemplar atuação. E o futuro se vislumbra ainda maior diante da constituição das forças que se realizam hoje. Porém, como é sabido, nenhuma construção será tão contínua, ainda que por consequência do progresso deva ter suas mutações, se em cada parcela de trabalho no objetivo comum, não houver dedicação, renúncia, perseverança e as virtudes que inspiram o fazer certo.

E, por achar, que as boas ações e os grandes feitos devem ser reconhecidos, e aplaudidos aqueles que os protagonizam, é que se requer a presente homenagem; e, caso ela seja aprovada, solicita-se seja dado ciência da mesma ao atual Presidente da COPAGRIL, Sr. Ricardo Silvio Chapla, via correspondência a ser remetida à Avenida 09 de Agosto, 700 - CEP 85960-000 Marechal Cândido Rondon - PR.

Sala das Sessões, em 09.08.2005.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 2249

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos Trabalhos de hoje, votos de congratulações ao Professor Ernani Costa Straube pelo lançamento do livro Polícia Civil 150 anos.

Sala das Sessões, em 09.08.2005.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO Nº 2261

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve pede à egrégia Assembléia voto de louvor à Secretária de Cultura, Vera Maria Haj Mussi Augusto, e à Presidente do PROVOPAR Estadual, Lúcia Arruda, e suas valorosas equipes pela realização da Semana do Paraná, - de 9 a 14 de agosto -, em Paris, na França, dentro do ano Brasil-França, com apresentações do “Grupo Fato”, “Orquestra paranaense de Viola Caipira”, “Grupo Três Choro”, mais degustação de alimentos orgânicos, “Exposição de Artes e Artesanato”, “Exposição de Arte Contemporânea e Fotográficas”, “Seminários e Palestras sobre nossa terra, nossa música e nossa literatura. Tudo

desenvolve-se no Carreau du Temple, notável edifício histórico de Paris.

Sala das Sessões, em 09.08.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

“Quem quer ser universal, canta sua aldeia”. A frase de Tolstói vale para valorizar o Brasil e o nosso adorado Paraná.

Seja este requerimento encaminhado à Secretária da Cultura, Vera Maria Haj Mussi Augusto, Rua Ébano Pereira, 240 - CEP: 80410-903 e à Presidente do PROVOPAR, Lúcia de Mello e Silva Arruda, Rua Dr. Muricy, 950 - Curitiba - CEP: 80.020-040.

REQUERIMENTO Nº 2251

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante o Exmo. Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente desta Casa de Leis, solicitar o envio de expediente ao Secretário de Estado da Saúde, Cláudio Murilo Xavier, solicitando informações da atual situação da implantação do Pronto Socorro do Hospital do Litoral no Município de Paranaguá e também qual o prazo previsto para que o Pronto-Socorro comece efetivamente o seu funcionamento.

Como Hospital Regional do Litoral é referência para o atendimento de toda a população litorânea, solicitamos em caráter emergencial, que o processo de implantação do Pronto-Socorro seja agilizado, para que a população de toda a região possa receber o atendimento devido.

Sem mais para o momento, estreitamos nossos protestos de elevada estima e alta consideração.

Sala das Sessões, em 09.08.2005.

(a) WALDIR LEITE

REQUERIMENTO Nº 2252

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante o Exmo. Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente desta Casa de Leis, solicitar o envio de expediente ao Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Exmo. Sr. Luiz Eduardo Cheida requerer envio de mapa com mais detalhes, ou seja, formato compatível (A1 ou A2), tamanho A1 do município de Paranaguá, contendo suas unidades de conservação ambiental (área territorial em km2) devidamente plotadas, e as demais informações abaixo por município:

- Onde estão localizadas as áreas de proteção permanente, reserva legal e RPPN.
- Quais as áreas que estão sendo consideradas para recebimento ICMS ecológico.
- Quais as áreas de conservação que não estão sendo consideradas para cálculo do ICMS ecológico.
- Quais as áreas de preservação ambiental em km2.
- Qual a situação atual do Parque Nacional Saint-Hilaire Lange, no que diz respeito ao ICMS ecológico.

Sem mais para o momento, estreitamos nossos protestos de elevada estima e alta consideração.

Sala das Sessões, em 09.08.2005.

(a) WALDIR LEITE

REQUERIMENTO Nº 2254

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião, solicitando investigação dos fatos abaixo relacionados:

1 - Nos objetivos estatutários da ASSESA - Associação dos Servidores da SANEPAR, não consta que a mesma possa ter empreendimentos ou ser sócia destes, nem tão pouco firmar convênios com a SANEPAR. Como esta Associação pode participar da administração da "ASSESA Empreendimentos" e fechar contratos com a SANEPAR?

2 - Pode uma empresa concorrer em licitação pública sendo que o seu proprietário homologará esta licitação?

3 - Para que a SANEPAR quer 60.000 caixas contendo em cada uma 48 copos de 200ml) de água envasada, sendo ela praticamente um monopólio no Estado? Será que realmente utilizou todas estas caixas? Para onde foi este dinheiro pago à ASSESA?

4 - Como alguém pode se manifestar dentro da SANEPAR, sendo que o ouvidor é a pessoa que comanda este esquema? E quantos mais poderão estar comandando?

5 - Existem mais convênios assinados entre a SANEPAR e a ASSESA? Estes estão legais?

Sala das Sessões, em 09.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2260

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve PEDE à egrégia Assembléia seja enviado aos Secretários de Estado da Cultura e da Educação o seguinte pedido, referente à solicitação dos municípios abaixo nominados para que sejam incluídos no Programa Estadual de Bibliotecas Cidadãs.

Sala das Sessões, em 09.08.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Considerando a solicitação dos Municípios: Arapoti, Amaporã, Assaí, Califórnia, Carlópolis, Cidade Gaúcha, Farol, Diamante do Sul, Fênix, Guairacá, Itaúna do Sul, Jandaia do Sul, Japira, Lidianópolis, Munhoz de Mello, Nova Aurora, Nova Olímpia, Ortigueira, Parana-city, Pérola, Planaltina do Paraná, Rondon, Salto do Lontras, Santa Isabel do Ivaí, São Manoel do Paraná, Tapira para que sejam incluídos no Programa Estadual de Bibliotecas Cidadãs, e pela qualidade do trabalho desenvolvido nesses municípios em favor da instrução pública,

que merece todo o apoio do Governo e das instituições, a quem dê esta Assembléia do Povo o devido louvor e valor, quando se quer ampliar o horizonte cultural dos nossos jovens por meio da leitura.

REQUERIMENTO Nº 2262

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, como pedido de urgência, o envio de expediente ao Governador deste Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião de Mello e Silva e ao Diretor-Geral do DER = Departamento de Estrada e Rodagem, também deste Estado, Rogério Wallbach Tizzot; solicitando a finalização das obras de aterramento de acesso à ponte sobre o Rio Ivaí, situada entre os municípios de Santa Mônica e Tapira, ambos deste Estado do Paraná.

Tal pedido tem como fundamento que a ponte já foi construída a um certo tempo, necessitando apenas dos aterramentos laterais e, que pelo atraso das obras, está por consequência prejudicando milhares de cidadãos não só dos 02 (dois) municípios beneficiados diretamente, mas de outros municípios paranaenses, que estão aguardando a finalização das obras, para assim poder economizar recursos e tempo pelo reduzido trajeto a ser percorrido.

Sala das Sessões, em 09.08.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 2256

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente, ao Procurador Geral do Ministério Público do Estado do Paraná, Sr. Milton Riquelme de Macedo, solicitando apuração dos fatos referentes às denúncias de superfaturamento na aquisição de copos d'água por parte da SANEPAR junto à empresa ASSESA Empreendimentos, controlada pelo membro do Conselho de Administração da empresa e Ouvidor da SANEPAR, Hamilton Aparecido Gimenez, totalizando mais de um milhão e duzentos mil reais.

Sala das Sessões, em 09.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 470/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, APMI, com sede e foro no Município de Tuneiras do Oeste.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.08.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância APMI, com sede e foro no Município de Tuneiras do Oeste, fundada em 12/08/1976, devidamente registrada no Cartório de Registro, de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas de Cruzeiro do Oeste.

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância APMI, tem por finalidade a proteção e assistência à maternidade e à infância em geral, velando pela saúde, o bem-estar e as necessidades da criança e da gestante, especialmente:

a) higiene da maternidade e da infância, e sua proteção e assistência antes, durante e depois do parto.

b) Assistência médica à criança, à gestante.

c) Assistência alimentar à criança, à gestante e ao lactante em estado de desnutrição e reconhecimento pobre, principalmente de família com prole numerosa;

d) Proteção e educação de crianças órfãs abandonadas que vivem nas vias públicas sujeitas à fome, ao vício, ao analfabetismo, à contravenção, à preservação e ao crime por falta de amparo, bem como de pais comprovadamente pobres, por meio de colocação familiar, internamento, etc.

e) Proteção, tratamento e educação de crianças com defeitos físicos, mentais e sociais (surdas-mudas, aleijadas, cegas, paralíticas, etc...)

f) Proteção, recreação e educação de crianças cujas mães trabalhem fora do lar.

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, APMI, de Tuneiras do Oeste, não tem fins lucrativos e não remunera os membros de sua Diretoria.

A documentação anexa que instrui este projeto de lei, encontra-se dentro dos ditames da Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 85.89/87, que dispõe sobre a matéria em causa.

Desta forma, esperamos o devido apoio e consequente aprovação a esta proposta de lei, que visa reconhecer publicamente o esforço dessa Associação que trabalha diuturnamente em favor da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 471/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Recreativa e Beneficente dos Ofícios de Justiça da Comarca de Londrina com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.08.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação recreativa e Beneficente dos Oficiais de Justiça da Comarca de Londrina com sede e foro no Município de Londrina, entidade sem fins lucrativos, tem por objetivo ser o órgão de conagração, o fortalecimento e o engrandecimento dos Oficiais de Justiça, da Comarca de Londrina.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 472/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Institui-se no Estado do Paraná, o Título Honorífico Mérito Policial a ser concedido pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aos integrantes das unidades policiais civis e militares, incluindo-se o Corpo de Bombeiros, que tiverem sido reconhecidos, em suas respectivas corporações, por atos de bravura no cumprimento do dever.

Parágrafo único. A concessão da honraria estará em conformidade com a legislação das unidades respectivas.

Art. 2º A homenagem do Estado, a ser concedida pela Assembléia Legislativa do Paraná, será feita anualmente, na data de aniversário da criação de cada uma das unidades policiais, a compreender: 10 de agosto, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros; 21 de abril, Polícia Civil.

§ 1º Noventa dias das datas estipuladas para entrega dos títulos, o Cerimonial desta Casa de Leis fará comunicação a cada uma das unidades, através dos respectivos cerimoniais, para obter a relação dos integrantes enquadrados no previsto pelo artigo 1º, parágrafo único.

§ 2º Nos casos em que o homenageado tiver perdido a vida, será representado na cerimônia por quem indicar o comando da unidade que integrava quando da prática do ato que ensejou a homenagem.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.08.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

O referido projeto vem, através da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, conceder aos integrantes das unidades policiais Civis, Militares e Corpo de Bombeiros, o Título Honorífico Mérito Policial, por atos de bravura no cumprimento do dever.

Os referidos policiais passam mais tempo no seu serviço que com seus familiares, em virtude de realizarem plantões nos finais de semana, nos Natais, no Ano Novo e feriados, deixando seus familiares em segundo plano, para dar proteção, onde até às vezes, colocando em risco suas próprias vidas, para prestarem socorro à sociedade, a qual várias vezes não reconhece os atos praticados por esses homens que se passam no anonimato.

Então nada de mais certo que o Estado, através da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, venha a homenagear esses bravos funcionários com o Título Honorífico Mérito Policial.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PP) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, gostaria de registrar as presenças da Maria Alice e Juquinha que estão nos honrando aqui nesta Casa com suas presenças.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Devidamente registrado e sejam bem-vindos.

Pequeno Expediente:

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Subo à tribuna na tarde de hoje, para trazer provas robustas de suspeitas de indícios de superfaturamento no Conselho de Administração da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR.

A ASSESA Empreendimentos Ltda., que também é a ASSESA União das Associações dos Empregados da SANEPAR, tem como Presidente o Sr. Hamilton Aparecido Gimenez, o qual ocupa o cargo de Conselheiro Administrativo da SANEPAR e, também de Ouvidor da Empresa Paranaense de Saneamento Básico.

Como se isso não bastasse, a imoralidade já está configurada neste caso, já que, como pode o Ouvidor, além de ser membro do Conselho de Administração da SANEPAR, ser o Presidente da empresa que fornece a água que é repassada àqueles que participam nos eventos e, também abastece alguns gabinetes do Governo do Estado e até de alguns Deputados desta Casa? Isso não é apenas uma denúncia, temos aqui as cópias das licitações que foram feitas e que estão em nossas mãos.

Conseguimos a avaliação de preços: enquanto a SANEPAR está pagando para essa ASSESA o valor de vinte reais e setenta centavos por caixa de 48 copos de 200 ml cada um, temos aqui alguns orçamentos em que, por exemplo, essa mesma caixa custaria, na Ouro Fino, uma das maiores empresas de água do Brasil, menos da metade do preço: onze reais e cinco centavos. E aqui, em uma outra empresa, isso já diretamente no mercado con-

sumidor, ainda com atravessadores, o valor é de seis reais e setenta centavos a caixa com 48 unidades de copos descartáveis com água.

Senhoras e senhores: essa é uma denúncia extremamente grave! O Governo do Estado adquiriu, em apenas um ano, dois milhões e oitocentos mil copos d'água, como estes aqui que, daqui a pouco quero mostrar, e o que realmente nos espanta, além da quantidade, são sessenta mil caixas por ano, dois milhões e oitocentos mil copos, o equivalente a cinco mil caixas por mês! Onde está se consumindo tanta água assim?

Por que pagar o triplo do valor de mercado, já que, Sras. e Srs. Deputados, são sabedores que quando se compra em larga escala, sem atravessadores, sem o frete que inclusive é bancado pela própria SANEPAR, esse preço poderia ser perfeitamente negociado e baixar ainda mais? Essa é uma denúncia extremamente séria que estamos trazendo na tarde de hoje.

Ontem, inclusive, tentei falar com o Governador Roberto Requião pelo telefone; o mesmo estava em viagem para Paranaguá e não pôde nos atender.

Tamanha a gravidade dessa denúncia, antes de trazê-la a esta Casa eu gostaria que o Governador tomasse conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Para concluir, Deputado.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Gostaria de utilizar o tempo de Liderança do PDT, se V. Exa. me permitir.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

V. Exa. tem mais cinco minutos.

Passa a usar o Horário da Liderança do PDT

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Mas, infelizmente, o Governador não pôde nos atender.

Hoje, de forma oficial, estou protocolando um requerimento solicitando informações para que possamos responder essas denúncias que são extremamente sérias.

Como a ASSESA Empreendimentos pode fechar contratos com a SANEPAR? Pode uma empresa concorrer em licitação pública, sendo que o seu proprietário vai homologar essa decisão? Para que a SANEPAR quer sessenta mil caixas, contendo em cada 48 copos de 200 ml de água envasada, sendo ela praticamente um monopólio do Estado?

Eu até acreditava que a água que consumimos, de forma gratuita, fosse envasada e extraída da própria SANEPAR, e não é, é uma empresa particular, que tem aí em um dos seus sócios o Ouvidor, membro do Conselho Administrativo dessa própria SANEPAR.

Continuo pedindo explicações ao Governo do Estado: como alguém pode se manifestar, dentro da SANEPAR, sendo que o Ouvidor é a pessoa que comanda esse esquema e quantos mais poderão estar comandados? Existem mais convênios assinados entre a SANEPAR e a ASSESA? São legais esses convênios porque já temos um milhão e duzentos mil reais que a SANEPAR pagou à ASSESA comprando, de forma superfaturada, pelo triplo do valor do mercado consumidor a quantidade de sessenta mil caixas, quando temos aqui, repito mais uma vez, inclusive os pedidos de cotação que nos foram passados em 1/3 do valor real a que foi pago pela SANEPAR a ASSESA.

Gostaria também de deixar consignado que estamos de posse do registro de títulos e documentos do estatuto social da ASSESA, a União das Associações de Empregados da SANEPAR, onde essa empresa tem o caráter assistencial e financeiro. Não poderia estar fornecendo água para uma empresa como a SANEPAR. E aqui aparece exatamente a Diretoria da ASSESA, o Sr. Hamilton Aparecido Gimenez, que é na verdade o Ouvidor da SANEPAR e também membro do Conselho Administrativo.

Estamos trazendo esta denúncia na tarde de hoje, Sr. Presidente. Na gestão passada do atual Governador Roberto Requião, o Sr. Stenio Jacob que era Presidente da SANEPAR naquela época, existia a FAS, a Federação das Associações da SANEPAR, na qual o Sr. Élcio Roberto P. Jordano era Diretor, da qual é hoje Diretor também da ASSESA, assinando aqui, segundo o estatuto social dessa empresa, onde uma celeuma foi criada em relação aos jogos internos da SANEPAR que foi promovido e questionado por esta Assembléia. A origem daqueles fartos recursos. E agora esses mesmos personagens que já desde a época do Governo passado, que já estiveram na berlinda com os seus nomes sob suspeição, novamente aparecem como atores desta maracutaia. O Sr. Stenio Jacob, atual Presidente da SANEPAR; o Sr. Élcio, Diretor da ASSESA, teremos mais jogos nesta oportunidade?

Não queremos fazer aqui nenhum trocadilho, mas não se trata de “uma tempestade em copo d’água”, não. Trata-se de sérios indícios de superfaturamento, os quais estamos exigindo investigação. E estarei também na tarde de hoje, encaminhando esta farta documentação para que o Procurador Geral do Ministério Público do Estado do Paraná, Dr. Milton Riquelme de Macedo, possa ter o conhecimento.

Solicito a apuração desses graves fatos que reputo. Não podemos nos calar diante de tudo isso. É, sem dúvida nenhuma, com indiferença que vejo até alguns Deputados desta Casa tratando de tema de extrema gravidade. Mas, quero terminar aqui com uma frase que foi cantada por Mercedes Sosa, Sr. Presidente: “que a mentira não me seja indiferente”. E que se um traidor tem mais poder que todo um povo, que esse povo não esqueça facilmente.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Permite-me um aparte, Deputado?

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Se me permitirem, gostaria de conceder um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Peço a compreensão, só para concluir, V. Exa. já esgotou o seu tempo.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Próximo orador inscrito, Deputado Valdir Rossoni.

Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tenho na verdade tanto assunto para falar, questões e questionamentos sobre o governo, que fica difícil falar.

Mas, inicio aqui aguardando a presença do Deputado Rafael Greca no plenário. Ontem, infelizmente tive que me ausentar. O Deputado Rafael Greca, com todo o respeito que tenho ao Deputado, disse o seguinte: “portanto, não vou trazer a documentação antes que expire o prazo para recurso, para que não se anule a licitação.”

O Deputado Rafael Greca fez um pronunciamento me contestando sobre o Porto de Paranaguá, dizendo que toda a licitação estava sendo realizada pela metade do preço, por um valor extraordinário.

Deputado Rafael Greca, não é que eu esteja exigindo documentos de V. Exa., apenas ele ofereceu esses documentos ao Deputado Rossoni. E este na oportunidade disse que ele não tinha documentação. Mas que eu não queria ser afirmativo, porque eu ia também buscar informações.

Minha cara Deputada Cida Borghetti, gostaria de ter a sua atenção. Não sei se V. Exa. tem conhecimento desta revista Chapa Branca, que escreve aqui: “adversário do governo ou inimigo número um do Paraná” e coloca a foto do seu marido Ricardo Barros. Vamos abrir a revista. Quem pagou essa matéria? Aparece o Governador. Aparece a “tíurma” que foi lá que “o porto é nosso”, aquela brincadeira para enganar a população. Você vai ver o irmão do Requião. Ele não tem culpa. Isso, eu não culpo o Governador. Você segue e vai ver. Sabe quem está patrocinando essa revista, com 140 milhões de reais dos paranaenses? A Secretaria de Justiça e Cidadania. Seguindo isso, observamos aqui também a tarifa cidadã. Enfim, esta revista foi encomendada pela Secretaria da Comunicação, para distorcer os fatos do Porto de Paranaguá, Deputado Leite.

Não tenho preocupação para estar defendendo o Deputado Ricardo Barros, aqui. Tenho certeza que esta revista vai ser distribuída na região de atuação do Depu-

tado Ricardo Barros. Ele é um dos Parlamentares que está defendendo o porto da incompetência e da ingerência. Apenas isso. Esta tão conceituada revista se dispõe a prestar este papel: colocar o Deputado Ricardo Barros, como inimigo número um do Paraná, porque está defendendo o porto.

É importante que essa conceituada revista se atenha ao problema do porto de Paranaguá e não queira colocar uma pecha ao Deputado Federal Ricardo Barros, como inimigo número um do porto de Paranaguá. Segundo informações que tenho é que o Porto de Paranaguá iria debater com o Deputado Ricardo Barros ontem. Era o Governador. Aí, parece que foi o Sérgio Botto, mas parece que o Sérgio Botto não estava com muita vontade e ficou lá um pouquinho e foi embora. Essa é a verdade!

Minha cara Deputada, essa revista vai fazer estragos na base do Deputado Ricardo Barros, porque estão faltando com a verdade com o dinheiro.

E a outra questão, Sr. Presidente, há pouco sei que teve uma reunião sobre a Lei nº 12.726, Deputado Dobrandino.

Veja como a vida política é uma coisa complicada! A Lei nº 12.726 é, na verdade, a lei que foi mandada pelo Governo anterior, referente às águas do Paraná - como deve ser o procedimento da questão das águas. E lembrome, como se fosse hoje, que quando chegou esse projeto nesta Casa, foi feito o maior escândalo pelos Deputados de Oposição, que o Governo queria cobrar a água dos agricultores! Fizaram um carnaval! Aquela tribuna ficava toda tomada pelo Deputado Pessuti, hoje Vice-Governador, quando ele afirmava que nós queríamos cobrar água dos agricultores do Paraná.

Aí, fizemos uma ampla negociação, não taxamos os agricultores da água consumida e, ainda mais, os Deputados de Oposição da época, alguns, naturalmente aqueles que participavam efetivamente dos debates daquele projeto, exigiram que fossem formados comitês ou consórcios para a cobrança dessas taxas, para que esses comitês e esses consórcios, lá no local, pudessem discutir e ver no que se investiria o dinheiro. E a maior bronca dos Deputados da Oposição daquela época, foi o quê?

O Governo quer ficar com o dinheiro que vai ser cobrado da água dos agricultores! É verdade ou não é verdade, Deputado Neivo?

Então, o que acontece agora? Está aqui de volta, porque estão mudando! Não tem mais comitê, não tem mais consórcio e quem vai cobrar é a SUDERHSA, é o Governo do Estado do Paraná!

Com um aparte, V. Exa.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Na época defendíamos que cada bacia ficasse com o dinheiro e que um comitê daquela bacia destinasse as obras prioritárias. Na época o Governo dizia que era preciso que o dinheiro ingressasse na Secretaria da Fazenda e que depois a Secretaria do Meio Ambiente fosse o órgão pedinte da indicação dos comitês, porque não seria

constitucional repassar um fundo específico para atender, por exemplo, a bacia do Iguaçu, de Curitiba.

Acho que se o recurso ficar na bacia do Iguaçu, de Curitiba, e se os Prefeitos e lideranças indicarem as obras prioritárias e tiverem o recurso já depositado naquela parte, pode até ficar, digamos assim, o dinheiro depositado nas mãos de um fundo criado. Acho que seria muito mais rápido do que, evidentemente, ter esse dinheiro na mão do Governo.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Agradeço o aparte, Deputado Neivo.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

E lembro, porque na época fui voto vencido nesse tema e apresentei emenda, inclusive.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

V. Exa. é uma pessoa dedicada a essa questão. Vamos nos ater a esse projeto, porque na verdade, naquela oportunidade foi aperfeiçoado o projeto, foi colocado no bojo da lei a formação dos comitês, dos consórcios, onde ficariam os recursos. E agora, está voltando tudo como era antes! E quem está fazendo essa lei? Aqueles que defenderam a tese que está na lei! Agora, a lei que está vindo, é diferente!

Então, quero só lembrar aqui dos fatos importantes. Primeiro, parece que o Vice-Governador está tendo problema de amnésia. Ele não lembra que ele defendeu aqui a não autarquização da EMATER, e agora está esquecendo novamente essa questão da água, que foi ele um dos grandes batalhadores para que nós mudássemos a lei! Por essa questão, nós vamos lutar até onde pudermos para manter a lei que já existia.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Próximo orador inscrito é o Deputado Nereu Moura.

Deputado Nereu Moura (PMDB)

O SR. NEREU MOURA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Primeiro, eu queria falar ao Deputado Barbosa Neto que essa situação levantada aqui em relação à SANEPAR, eu sou um companheiro para enviarmos um pedido de informações à SANEPAR para que falemos coisa que não tenha absoluta consistência.

Vamos fazer um pedido de informações à SANEPAR, requerer processo licitatório, requerer os dados de como foi escolhida a empresa, a fornecedora da água da nossa querida SANEPAR. Havendo irregularidade, eu também vou ser companheiro para punir aqueles eventuais culpados. Porém, não havendo irregularidades, nós iremos, da mesma forma, dizer que tudo não passou de um engano.

Por isso, Deputado Barbosa Neto, V. Exa. poderá fazer um pedido de informações e eu terei o maior prazer de ser signatário para que possamos esclarecer as dúvidas que V. Exa. trouxe a este Plenário.

Com relação à revista que o Deputado Rossoni folheou na tribuna, quero dizer, Deputado Rossoni, que os meios de comunicação têm toda a liberdade de escrever o que quiserem, esse Governo não monitora meios de comunicação. E pode ter certeza V. Exa., que o que o Governo gasta em publicidade, é infinitamente menor do que o Governo que V. Exa. representou aqui gastou, aliás, infinitamente menores do que o governo de V. Exa. que, gastou em publicidade, foi na verdade, um estouro, e V. Exa., já fez o pedido de informações para a Casa Civil, mas nós temos esses dados, é um negócio espantoso. E eu também apoio o seu requerimento para V. Exa. pedirmos quanto ao Governo gastou com essa revista que V. Exa. estava folheando ali na tribuna, porque eu acho o Governo Requião, e é ali que me dá uma satisfação muito grande de ser companheiro do Governador Requião, é pela honradez, é pela seriedade no trato da coisa pública. O Governador Requião tem uma série de defeitos, de falhas, mas, Sras. e Srs. Deputados, falar em seriedade, em honradez, estamos falando com a pessoa certa que é o Governador Requião.

Ao longo da minha vida pública, desde quando cheguei aqui nesta Casa há quatro mandatos, eu sempre estive do lado do Governador, politicamente. Já discordei dele em tantas vezes, já tivemos veementes debates, mas se há uma coisa que todos nós, que eu particularmente e todos os companheiros do Governador se orgulham, é da seriedade, da honradez, da decência, da honestidade como se trata, como se administra a coisa pública no nosso Estado do Paraná. E aí é que está a grande diferença - o Governador Requião se detém em coisas minúsculas, o Governador Requião briga por mínimas coisas para cuidar, para que o dinheiro público seja aplicado correta e devidamente.

Portanto, nós do PMDB, não temos nenhuma preocupação, não temos nenhuma dificuldade para defender o Governo Requião em relação à honestidade, em relação à decência, em relação à preocupação com a aplicação do dinheiro público. Nós, pelo contrário, temos orgulho de termos no nosso Paraná um Governador deste quilate, desta posição, desta envergadura, que distingue o nosso Estado e que distingue de forma positiva, porque não brinca em serviço e faz a coisa bem feita.

Portanto, nós do PMDB, falo aqui pelo meu líder, Deputado Anibelli, pelo meu líder, Deputado Dobrandino, nós seremos subscritores de qualquer pedido de informação para esclarecer dúvida de gasto deste Governo, porque nós sabemos que é um Governo que não gasta à toa e gasta para o bem do povo do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputada Elza Correia.

Deputada Elza Correia (PMDB)

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, nobres companheiros e companheiras, eu não tinha me inscrito, mas sempre é uma oportunidade importante para que nós possamos, aqui desta tribuna, nos posicionarmos em relação às ações, às atividades, à nossa função de Parlamentar.

Hoje, na reunião do Secretário, foi colocado pelo Governador Roberto Requião o que aqui na Casa já sabíamos, mas é sempre bom reafirmar que neste Governo, além das ações, do ponto de vista de atendimento a toda a população de um modo geral, dentro da perspectiva de inclusão social, desenvolvimento e responsabilidade civil e social do Governo, é preciso colocar sempre a preocupação com recorte de gênero dentro do nosso Governo.

Eu, como Presidente do Conselho Estadual da Mulher, tenho estado muito atenta às políticas públicas para verificar sempre se elas contemplam ou não as especificidades da questão das mulheres. Nós somos diferentes. Nós temos problemas diferenciados, questões diferentes e a questão de sermos mulheres não pode, absolutamente, ser empecilho, impedimento para que tenhamos igualdade de oportunidade na sociedade de um modo geral.

Portanto, o projeto aprovado por esta Casa e sancionado pelo Governador, permitindo agora que as mulheres possam participar em até 50% da Polícia Militar, inclusive participando do Corpo de Bombeiros, realmente mostra que no nosso Governo não temos traços de preconceito nem discriminação, o que é saudável e salutar em qualquer Governo, seja municipal, estadual ou o Governo Federal.

Por outro lado, acho importante também anunciar que temos a Major Aparecida, há 25 anos na Polícia Militar, uma mulher envolvida e apaixonada pelo que faz, apaixonada pela corporação, com um currículo importantíssimo de cooperação, nas suas atividades. A Major Aparecida, depois de 25 anos foi agora promovida a Tenente-Coronel. É a primeira mulher, no Estado do Paraná, que assume o cargo de Tenente-Coronel e que vai comandar uma corporação aqui no Estado do Paraná.

Acho importante fazermos estas menções, porque aqui na Assembléia Legislativa somos quatro Deputadas apenas, num universo de cinquenta companheiros. Do ponto de vista matemático estamos em desvantagem, mas do ponto de vista de ação estamos, tanto quanto nossos companheiros que têm nos apoiado, nos ajudado e é fundamental este apoio, porque sem isso não conseguiríamos fazer passar nenhum projeto relativo à questão de gênero.

Mas somos ainda minoria, apesar de sermos mais da metade da população, mais da metade de eleitores, 41% da população economicamente ativa, estarmos chefiando muitas famílias, a cada quatro famílias uma é chefiada por mulher, no Brasil. Estamos em todas as esferas sociais, políticas, econômicas, estamos agora comandando uma viagem espacial, portanto, estamos prepara-

das e aptas a desenvolver bem nossas funções em qualquer esfera da sociedade.

O Governador Roberto Requião reconhece isso. Tem dado um grande apoio ao Conselho Estadual da mulher e vamos inaugurar, brevemente, aqui em Curitiba, pela primeira vez, um Centro de Atendimento à Mulher em Situação de Violência. Não há ainda em Curitiba esse Centro de Atendimento, que vai atender Curitiba e a região metropolitana, numa demonstração clara e transparente da preocupação do Governador também com a inclusão das chamadas minorias no nosso Governo.

Portanto é sempre bom lembrarmos aqui as ações que são promovidas na sociedade em geral e principalmente dentro do Governo. Teremos agora uma Tenente-Coronel, pela primeira vez, e toda vez que uma mulher é reconhecida, promovida, seja em que esfera for da nossa sociedade, todas nós estamos ali representadas, porque sabemos o quanto é dura e difícil a nossa luta para mostrarmos que temos competência, capacidade e somamos na sociedade.

Muito obrigada.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

No Horário das Lideranças, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni, Liderança da Oposição.

Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Ouvi atentamente o pronunciamento eloqüente do Deputado Nereu Moura e quero, se possível, com as minhas palavras fazer com que ele pense um pouquinho no que ele falou. Se possível, quem sou eu, para que ele faça uma reflexão.

Neste momento, ele já fala um pouquinho mais baixinho e encabulado, porque o maior gasto da história do Paraná em publicidade é feita por este Governo: 140 milhões em um ano! O Estado do Paraná tem dez milhões de habitantes. Dá quatorze reais por habitante. O Estado de São Paulo está gastando quarenta milhões. Tem quarenta milhões de habitantes e está gastando um real por habitante. Então, esta honestidade tem que ser muito bem analisada.

Outra questão que quero colocar aqui, para que me dê resposta.

Ele disse que subscreve qualquer tipo de requerimento. Eu não necessito da subscrição do seu requerimento, porque os requerimentos ontem - o Deputado talvez não estivesse aqui, não estou recordando - mas ontem eu questionei a Presidência, Deputado Nereu Moura, porque desde o mês de junho o Secretário da Comunicação não responde aos meus requerimentos. Há pouco, o Líder do Governo disse que ele está preparando a documentação. Dá um caminhar de papel. Não quero

saber se dá um ou dois caminhar de papel, eu tenho direito às informações! Não levantei questão de honestidade, mas como V. Exa. falou em questão de honestidade, só gostaria que o senhor me explicasse se é honesta a negociação da ELEJOR. A ELEJOR é uma empresa, para quem não sabe, que está construindo uma usina e investiu 21 milhões. Aí, o Governo do Paraná, sério, comprou da ELEJOR esse investimento de 21 milhões e pagou 42! Só pagou o dobro! Um negócio sério! E logo depois de comprar a ELEJOR, aportou capital para dar continuidade à obra de dezessete milhões! Então, é uma brincadeira de cinquenta e tantos milhões!

Uma outra questão. Aproveito o tempo para questionar, e eu não tinha questionado a seriedade, apenas o uso indevido, para atingirem o Deputado que até pode estar equivocado, Deputado Ricardo Barros, mas tem todo o direito de questionar a Administração do porto, ou não temos mais o direito de questionar nada aqui? Temos que nos calar na Oposição e dizer: amém, amém? Tudo o que o Exmo. Sr. Governador fala, dizemos aqui: amém! Eu não vou dizer amém ao Governador! Na hora em que ele estiver certo, vai receber os meus elogios, mas na hora em que ele fizer negociações que não consegue explicar, tenho que questionar. O caso da ELEJOR, se ele não explicar agora, vai explicar na eleição do ano que vem, porque se hoje não conseguimos alcançar a mídia, no ano que vem teremos a mídia gratuita para os programas eleitorais e teremos esta oportunidade.

Outra questão: trago um questionamento de um Promotor que está investigando a questão do Banco Santos. Numa atitude benevolente da COPEL, determinada pelo Presidente da COPEL, o Governo do Paraná pegou o recurso do Fundo Previdenciário da COPEL, e sabem em que Banco ele investiu? Se fosse um de nós, qual é o Banco em que iríamos investir? Eu investiria no Banco do Brasil, na Caixa Econômica. Eu não investiria no Banco Rural porque lá está o Marcos Valério. Lá não dá. Eu não investiria em outro Banco a não ser um Banco que tem as garantias que têm o Banco do Brasil, a Caixa Econômica, o BRADESCO, o Itaú, Bancos que têm um know-how nesta área!

Pasmem os senhores! Aqui não é dito pelo Deputado Rossoni. Dito por um promotor Fuad F., diz o seguinte: a COPEL, a SANEPAR e a EMATER investiram no Banco de Santos, trezentos milhões, às vésperas de o Banco quebrar!

Quer dizer o seguinte: eu não quero - quem está dizendo aqui meu caro Deputado, pode até ser um equivoco - mas eu quero acreditar na denúncia do Promotor Fuad F., aonde ele diz que o prejuízo do Estado do Paraná pode chegar a trezentos milhões.

Ora, se este Governo é tão sério, e eu não tinha mexido nessa questão de seriedade, esse Governo é tão sério que seria bom fazer o uso da tribuna e dar as explicações ao povo paranaense. Por que essa vontade de tirar o dinheiro da Caixa Econômica, do Banco do Brasil, do Itaú, do BRADESCO e aplicar no Banco Santos? Logo

depois, o que aconteceu com o Banco Santos? Faliu, quebrou e o dinheiro do Paraná esvaiu-se, sumiu, desapareceu e ninguém explica aqui nesta Casa! Não é subscrevendo requerimentos! É uma questão grave de tamanha importância para os paranaenses, que esse valor se é 90, se é 160, se é 300, só negociação já deixa dúvida!

Você pega o dinheiro de um banco que tem credibilidade e aplica num banquinho que vai quebrar. O que poderíamos imaginar?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Deputado Valdir Rossoni, queríamos pedir licença a V. Exa. e retornamos, descontando os minutos, para darmos as boas-vindas à comitiva de Parlamentares do Japão.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (Pela Ordem)

O Deputado Valdir Rossoni usou qual horário?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Horário da Liderança da Oposição.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Vou usar o horário da Liderança do Governo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Vamos dar as boas-vindas à comitiva dos Parlamentares da Província de Yogo, no Japão. O anfitrião dessa comitiva é o nosso Deputado Luiz Nishimori.

Suspensa a Sessão por cinco minutos, para os cumprimentos.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Reiniciando os trabalhos, passamos a palavra ao Sr. Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Agradeço a V. Exa.

Só para concluir o meu pronunciamento. Tenho aqui em mãos um e-mail, onde os superiores do Presidente da Fundação COPEL determinam que mudem de Banco e invistam no Banco Santos.

Então, voltei a fazer o uso do Horário da Liderança da Oposição, porque apenas tinha questionado o Governo por duas razões. Primeiro, uma revista atacando o Deputado Ricardo Barros dizendo que é o inimigo número um do Paraná, que eu não acredito, porque o papel que o Deputado Ricardo Barros está fazendo é tentar conscientizar o Governador que ele tem que dar um puxão de orelhas na direção do Porto de Paranaguá, porque essa direção é uma vergonha!

E a outra questão que falei do Governo, não foi na questão de seriedade, foi na questão do projeto das águas, da regulamentação, que tudo que a Oposição da época quis nós negociamos, e nós éramos Governo, negociamos

e incluímos na lei. Agora vem uma nova lei aonde muda tudo e volta ao que o Governo anterior queria.

Então, é o seguinte: o que vamos defender no projeto das águas é que volte a criação das comissões, das microbacias, para que possamos deixar os recursos arrecadados com a água lá na sua base, lá aonde é arrecadado, para que o dinheiro seja investido no local. Foi uma defesa feita na oportunidade por vários Deputados, inclusive pelo Deputado Neivo Beraldin.

Então, agradeço a V. Exa. e concluo o meu pronunciamento dizendo que se, por uma eventualidade quisessem, o e-mail está aqui em minhas mãos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, V. Exa. já chamou o Horário da Liderança do Governo.

Então, como eu fui citado pelo Deputado Valdir Rossoni, vou naturalmente fazer o contraponto amanhã, porque até com o meu timbre de voz o Deputado Rossoni está preocupado, porque não falei alto, não gritei.

Talvez amanhã eu venha com ímpeto maior para gritar, falar alto, se for esta a questão, mas vou trazer, Sr. Presidente, amanhã, as explicações em relação a esses assuntos aqui levantados, as justificativas; e vou cobrar ações daqueles que cobram hoje e que no ano passado faziam totalmente ao contrário, como por exemplo a questão dos pedidos de informações.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, não cabia a questão de ordem do Deputado Nereu Moura.

Então, gostaria de ter o mesmo tempo para dar a réplica ao ilustre Parlamentar.

O SR. NEREU MOURA (PDT)

Sr. Presidente, o Deputado Rossoni citou o meu nome e estou falando que vou fazer amanhã a réplica ao seu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Eu pediria ao Deputado Rossoni e Nereu Moura - temos uma Sessão logo após, às 16h00 - a compreensão de V. Exas. E o Deputado Nereu Moura não fará uso, como já havíamos conversado antes, do Horário do Governo, porque já havia passado o seu tempo.

Agradeço a compreensão.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Aqui o tratamento tem que ser igual. O Deputado Nereu Moura usou cinquenta segundos, eu vou usar trinta segundos para dizer ao Deputado Nereu Moura, para encerrar, que amanhã estaremos aqui, dizer ao Deputado Nereu Moura que não gritei, não mudei o timbre de voz, o que na verdade...

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

V. Exa. falou que eu falei mais baixo, e que não estou falando mais alto como falava anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Peço a compreensão de V. Exas. de entender o momento para que possamos continuar a discussão na Sessão de amanhã, tendo em vista o adiantado da hora.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Eu compreendo V. Exa., vou abrir mão do tempo que V. Exa. deu ao Deputado Nereu Moura, mas é próprio de pessoas que não querem ouvir.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

Gostaria de registrar e agradecer a presença do Prefeito de Inácio Martins, o Sr. Silvinho.

Muito obrigado!

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, V. Exa. disse que estamos atrasados. Começamos a Sessão às duas e meia e termina às dezenove horas. Não estamos atrasados. Estamos cumprindo o nosso dever.

Espero que nenhum argumento possa servir para atrapalhar a Sessão normal.

Muito obrigado!

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (**Pela Ordem**)

Gostaria de registrar a presença do Deputado Federal Takayama que foi nosso companheiro aqui nesta Casa. Já tive o prazer de ir a Brasília e ser acompanhado pelo ilustre Deputado. Ele tem demonstrado a liderança que exerce lá no Congresso Nacional.

É um prazer muito grande recebê-lo na sua Casa, porque aqui sempre será a sua Casa.

E também registrar a presença do Presidente da Câmara de Santa Helena, Armando Prata; o Prefeito de Marechal Cândido Rondon, Edson Vaza e sua esposa Eliete, que nos prestigiam na Sessão e hoje.

Muito obrigado!

O SR. WALDIR LEITE (PPS) (**Pela Ordem**)

Com tantas pessoas ilustres aqui não poderia deixar de registrar também a presença do nosso amigo o Prefeito de Matinhos, Francisco dos Santos, nosso amigo Chiquinho.

Muito obrigado!

O SR. RATINHO JÚNIOR (PPS) (**Pela Ordem**)

Também gostaria de registrar a presença do Prefeito de Mandaguari, Seleninho.

Muito obrigado!

O SR. NATÁLIO STICA (PT) (**Pela Ordem**)

Gostaria também de registrar a presença do Presidente da Câmara Municipal de Guaratuba, o Vereador Toni.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Esta Presidência dá as boas-vindas a todos.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à ORDEM DO DIA, com a presença de 42 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Deputado Delegado Bradock, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2258 de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando autorização para representar a Assembléia em encontro sobre o PRODETUR Sul, em Telêmaco Borba. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 177/2005, de autoria dos Deputados Marcos Isfer e Rafael Greca, que corrige a denominação da corporação beneficiada pelo Plano de Aplicação da Lei nº 14.600 de 27/12/2004, (Polícia Militar). **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 177/200
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica corrigida a denominação para Polícia Militar, da corporação beneficiada pelas Emendas às

Despesas nºs 2524, 2525, 2526, 2527 e 3985, no Plano de Aplicação da Lei nº 14.600 de 27 de dezembro de 2004, na parte que destinou a quantia de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) à Polícia Civil, para implementação do PROERD - Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder as alterações orçamentárias na Lei nº 14.600, de 27 de dezembro de 2004, em decorrência do contido nesta lei.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 03.08.2005.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

ALEXANDRE CURI - Relator

3ª Discussão

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 047/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock, que trata do aproveitamento dos policiais civil e militares aposentados. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e ESP. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada**. Projeto - **Aprovado**.

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 069/2005, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Sertaneja. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada**. Projeto - **Aprovado**.

2ª Discussão

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 434/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que institui o Programa de Atendimento a Crianças e Adolescentes - "SIM À VIDA, NÃO ÀS DROGAS", e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.

Em votação:

Para encaminhar, a Deputada Elza Correia.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Hoje podemos discutir a questão do mérito.

Acho importante a preocupação do Deputado Mauro Moraes em instituir esse programa de atendimento às crianças e aos adolescentes.

Queria apenas ressaltar que já existe um programa estadual de atendimento às crianças e adolescentes, aliás, um programa reconhecido em nível nacional que é o PROERG, um programa que tem atendido um volume de crianças muito significativo.

Até agora, foram atendidas 432 mil crianças com a criação desse projeto. Em 2004, foram 120 mil crianças e adolescentes; em 2003, 102 mil; em 2005, neste primeiro semestre, 75 mil crianças. É importante ressaltar que esse projeto trabalha não só a questão da dependência das drogas, mas também cria ações de orientações em relação à questão de prevenção.

Então, esse projeto do Governo do Estado, já em vigência, atualmente, possui sete turmas de instrutores do PROERG, já formadas, e 152 instrutores que se encontram em atividade. Portanto, é redundância. A Assembleia Legislativa estaria aprovando uma lei para solicitar a criação de um projeto que já existe, que é amplamente conhecido, divulgado e que cumpre o seu papel.

Então, queria apenas chamar a atenção para essas redundâncias que, às vezes, nós cometemos, aqui, na Assembleia Legislativa. Evidentemente que fica complicado você votar contra um projeto dessa natureza, mas também não me sentiria confortável se não fizesse esse registro, à medida em que temos acompanhado e participado, muito de perto, desse programa que é comandado, aqui no Estado do Paraná, pela Tenente-Coronel Aparecida, que é a Coordenadora do PROERG no Paraná.

Então, fica registrado que nós estamos aprovando uma lei para criar um projeto que já existe desde 2000. Acho-o absolutamente inócuo e até inoportuno.

Para não parecer uma contradição naquilo que estou dizendo, mesmo achando estranho votar contra um projeto dessa natureza, não teria sentido eu votar a favor depois do meu pronunciamento, aqui, porque estaria sendo contraditório.

Então, não vou votar favoravelmente ao projeto que solicita a criação de um programa que já existe, que já está funcionando e que é um sucesso em todo Estado do Paraná.

Assim, queria que ficasse registrado o meu voto contrário.

O SR. NEIVO BERADIN (PDT) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente.

Concordando com a observação da Deputada Elza, também gostaria de chamar a atenção para o Item nº 20 da Ordem do Dia de hoje.

Não há razão de votarmos e colocarmos como projeto de lei matérias como essas, porque acabam desgastando as comissões internas, gastando papel, trazendo prejuízo. Então, vou votar contra, mesmo, porque é inócuo tanto o item 04 quanto o item 20.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está em votação o projeto, ressalvado o Substitutivo Geral da CCJ. Em discussão. Em votação. Deputados

que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado, artigo por artigo.**

Está em votação o Substitutivo Geral. Em discussão. Em votação. **Aprovado.**

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Queria que fosse registrado o voto contrário desta Deputada.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está registrado voto contrário da Deputada Elza Correia, do Deputado Neivo Beraldin, do Deputado Mil-tinho Pupio e da Deputada Arlete Caramês.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Pediria a verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Matéria vencida, Deputado Neivo Beraldin.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 162/2005, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que torna obrigatória a atenção a procedimentos que viabilizam a segurança do profissional e da empresa prestadora de serviços, quanto a emissão de receituários e carimbos médicos. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 339/2005, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação Radiofônica Cultural de Ouro Verde do Oeste - ARCOV, com sede no Município de Ouro Verde do Oeste e foro na Comarca de Toledo. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.

Em votação o projeto. **Aprovado, artigo por artigo.**

Está em discussão o substitutivo geral. Está em votação o substitutivo geral. **Aprovado.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 376/2005, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Laranjal, com sede e foro no Município de Laranjal. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ.

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 387/2005, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Bovinocultores de Leite - Cleveleite, com sede e foro no Município de Clevelândia.

COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 018/2003, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que autoriza a realização de plebiscito nos Municípios de Almirante Tamandaré e Rio Branco do Sul, para que a população decida sobre a transferência territorial da localidade de Bairro de São João Batista. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 384/2004, de autoria do Deputado Reni Pereira, que introduz alteração na Lei nº 13.976, de 26 de dezembro de 2002, que criou o Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná - FUNCB. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 094/2004, de 03/11/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 384/2004

P A R E C E R :

Do Projeto.

De autoria do Deputado Reni Pereira, o Projeto de Lei nº 384/2004, introduz alteração na Lei nº 1397, de 26 de dezembro de 2002, que criou o Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, ampliando a hipótese de isenção de que trata o artigo 2º da referida lei.

“Art. 2º Ficam criadas:

I - as Taxas de Exercício do Poder de Polícia, tendo como fato gerador, o exercício do poder de polícia pelo Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, em relação ao contribuinte, conforme discriminado no Anexo Único desta lei; e,

II - as Taxas de Serviços Prestados pelo Corpo de Bombeiros, tendo como fato gerador, a utilização efetiva ou potencial, de serviços públicos, específicos e divisíveis, discriminados no Anexo Único desta lei, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição pelo Corpo de Bombeiros Militar do Paraná.

§ 1º Os serviços de tranquilidade e/ou salubridade públicas, prestados ao contribuinte ou posto à sua disposição pelo Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, tendo como fatos geradores as atividades e serviços públicos específicos e divisíveis, indicados no Anexo Único desta lei, são de utilização, efetiva ou potencial, obrigatória.

§ 2º Os valores das taxas de que trata este artigo, correspondem a cada fato gerador, sendo os constantes do Anexo Único desta Lei.

§ 3º O cálculo das taxas levará em conta a complexidade e o grau de dificuldade do respectivo ato ou serviço, assim como o potencial de risco a que estão

expostas as atividades do contribuinte, segundo critérios técnicos especificados da atividade de tranqüilidade e/ou salubridade públicas e defesa da cidadania”.

As hipóteses de isenção, estão consagradas no artigo 4º:

“Art. 4º São isentos das taxas de que trata o artigo 2º desta lei:

I - a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, observada a reciprocidade de tratamento;

II - as Autarquias e Fundações mantidas pela União, Estados e Municípios;

III - os templos de qualquer culto;

IV - os partidos políticos, as entidades sindicais dos trabalhadores, as instituições de assistência social sem fins lucrativos assim reconhecidas pelo Poder Público e as instituições de educação que não exigem contribuição financeira dos alunos;

V - residências unifamiliares e edifícios residenciais com até três pavimentos;

VI - as pessoas comprovadamente pobres, de acordo com a respectiva certidão emitida por órgão competente;”

Do Parecer

Para realizar o bem comum, que é a própria razão de sua existência, o Estado deve atender às necessidades públicas prestando os chamados Serviços Públicos, ou seja, deve cuidar da saúde, educação, abastecimento, transportes, segurança, comunicações, deve administrar a justiça, prover a segurança externa, fomentar a atividade econômica, etc.

Para tudo isso é evidente, que o Estado necessita de dinheiro, que o obtém, mediante a atividade financeira, que é composta de três campos:

a - arrecadação: é a forma pelo qual obtém a receita pública através principalmente dos tributos;

b - gestão: é a administração e conservação de todo o patrimônio público;

c - despesa: consiste no emprego dos recursos patrimoniais para a realização dos fins visados pelo Estado.

Tributos e Taxas

O artigo 3º Do CTN assim define:

“Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.”

Ao contrário do que se afirma do imposto, porém, as taxas são tributos vinculados (ou seja, o fato gerador está atrelado a alguma contraprestação estatal).

Art. 77 CTN - “as taxas cobradas pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestando ao contribuinte ou posto à sua disposição.”

A taxa tem, pois como característica, na materialidade do seu fato gerador, a atuação estatal diretamente referida ao contribuinte, em forma de contraprestação de serviços. Assim o Estado presta um serviço ao contribuinte, e este fica com a obrigação de pagar, por exemplo, taxa de registro, taxa de limpeza, taxa de licença, taxa de publicidade etc.

Dividem-se em: taxa de Fiscalização e Taxa de Serviço:

a - **Fiscalização ou de política** - Aquelas que tem como fato gerador o exercício do poder de polícia, tratando-se de um poder disciplinado através do qual o Estado pode intervir nas atividades dos seus cidadãos para garantir a ordem e segurança, ex. o direito de construção de um imóvel em um terreno seu, qualquer pessoa tem, entretanto há normas de construção a serem respeitadas, como construção de um hotel em um lugar proibido, construção que irá prejudicar imóveis vizinhos etc. A definição de poder de polícia disciplinada pelo artigo 78 do CTN: Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática do ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do poder público, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais e coletivos;

b - **Taxas de Serviço** - As que têm como fato gerador a utilização de determinados serviços públicos. Além disso, os serviços públicos têm que ser específicos e divisíveis.

Conforme o artigo 77, os serviços públicos têm que ser específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte, ou colocados à sua disposição:

a) serviços específicos: quando possa ser separado em unidade autônomas, ex. taxa de coleta de lixo, taxa de emissão de passaporte, taxa de certificado de registro de veículos. Assim é proibida a cobrança por exemplo de uma taxa de “serviços gerais” por não especificar quem é o contribuinte individual;

b) serviços divisíveis: os serviços têm que redundar em uma separação tal, que possa ser apurado individualmente em quotas partes individuais por exemplo, a taxa de publicidade em Lins, somente para e um valor “X” àquele comerciante que tiver placas, e assim mesmo de acordo com os tamanhos que a Lei determina, é o valor a ser liquidado.

Para que seja cobrada a taxa, de acordo com o final do artigo 77, há a necessidade do particular fazer uso do serviço, mas basta que o Poder Público coloque tal serviço à disposição do contribuinte.

O parágrafo único do artigo 77, diz que:

“A taxa não pode ter base de cálculo ou fato gerador idênticos aos que correspondam a imposto, nem ser calculada em função do capital das empresas”.

Desta forma se um Município instituir uma “taxa de urbanização”, calculada a partir da aplicação de uma alíquota de 0,5% sobre o valor venal dos imóveis, essa taxa seria inconstitucional, pois, o IPTU serviu como base de cálculo da respectiva taxa.

O Estado (União, Estado membro, Distrito Federal e Município) tem o poder de exigir do cidadão a entrega de determinada quantia em dinheiro, sob a forma de tributos. **Esse poder constitui o chamado poder de tributar.** A constituição é que estabelece os limites desse poder, através de princípios que disciplinam a atividade financeira do Estado, no tocante à instituição e cobrança de tributos. Do ponto de vista estatal, esses princípios constituem restrições ao seu poder de tributar, mas do ponto de vista do cidadão, representam importantes instrumentos de proteção e resistência à pretensão estatal, entre elas encontramos a não-incidência, a imunidade e a isenção.

A isenção não se confunde com a não incidência e a imunidade; são coisas bem distintas:

a) Na não incidência, não ocorre o fato gerador. A situação prevista na lei material não se realiza.

b) Na imunidade, a situação prevista se realizaria caso a Constituição ao distribuir a competência tributaria, não tivesse excluído certos fatos e situações do campo de incidência de determinados tributos (vide artigo 150 VI da constituição federal).

c) Já a isenção é a dispensa do pagamento do tributo devido em virtude de disposições expressas de lei do poder competente para criar esse tributo.

A isenção exclui o crédito tributário. O fato gerador da obrigação tributária ocorre, isto é, a situação prevista na lei tributária acontece e o fato não foi excluído do campo de incidência pela Constituição. Entretanto, no momento do nascimento da obrigação, o crédito tributário é excluído; não é objeto de lançamento, porque a lei que criou o tributo ou outra posterior, dispensou o seu pagamento.

Assim, e concluindo, tendo a obrigação - pagar taxa nos casos específicos do artigo 2º da referida lei - sido instituída pelo Estado Paraná através da Lei 13976/04, também a lei de mesmo nível e hierarquia poderá prever casos de isenção, como aliás já fez pelo artigo 4º da mesma lei.

Do voto

Do exposto, somos pela constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 384/2004, alterando-se porém o contido no artigo 2º para obedecer o princípio da anterioridade e da legalidade.

Sala das Comissões, em 12.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RATINHO JÚNIOR - Relator

EMENDA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA AO PROJETO DE LEI Nº 384/2004

“Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2006.”

Sala das Comissões, em 12.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RATINHO JÚNIOR - Relator

Apoiamento:

Barbosa Neto, Duílio Genari, André Vargas, Antonio Anibelli, Nelson Justus, Luiz Carlos Martins e Reni Pereira.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 384/2004

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei de iniciativa do Deputado Reni Pereira introduz alteração no inciso VII do artigo 4º da Lei nº 13.976, de 26 de dezembro de 2002, que criou o Fundo Estadual do Corpo de Bombeiro Militar do Paraná - FUNCB.

A finalidade desta medida é objetivar a isenção das microempresas e as empresas de pequeno porte das Taxas de Exercício do Poder de Polícia e de Serviços Prestados pelo Corpo de Bombeiros, instituídas pela Lei nº 13.976 de 26 de dezembro de 2002, de forma a diminuir a carga tributária dos citados estabelecimentos, contribuindo desta forma para incremento da atividade econômica estadual.

Voto do Relator e Fundamentação

O objetivo deste projeto de lei é isentar microempresas e as empresas de pequeno porte das Taxas de Exercício do Poder de Polícia e de Serviços Prestados pelo Corpo de Bombeiros, instituídas pela Lei nº 13.976.

A proposta do nobre Deputado Reni Pereira, sem dúvida irá beneficiar as microempresas e as empresas de pequeno porte, pois irá diminuir a carga tributária relativa ao Imposto sobre Operações Relativa à Circulação de Mercadorias e sobre Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS. No Estado do Paraná já ficou comprovado que, ao se diminuir a carga tributária relativa ao ICMS das micro e pequenas empresas há um ganho de arrecadação pelo incremento geral da atividade econômica, fruto de geração de emprego e renda.

Conclusão

Pelo exposto, opino de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 384/2004, de iniciativa do Deputado Reni Pereira, no que se refere à Comissão de Finanças.

Sala das Comissões, em 04.05.2005.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 168/2005, de autoria da Deputada Arlete Caramês, que dispõe sobre a realização do Exame Ultra-Screen nos Hospitais e Maternidades da Rede Pública do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CSP. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA 023/2005, de 06.04.2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 168/2005

P A R E C E R :

A proposição em análise é de iniciativa legislativa da nobre Deputada Arlete Caramês e tem por objetivo obrigar os Hospitais e Maternidades da rede pública de saúde a realizar o exame “Ultra Screen” para constatação antecipada ao parto, da Síndrome de Down.

Procedida análise os deparamos com desatenção a preceitos constitucionais que determinam a competência privativa do Poder Executivo de iniciar o processo legislativo da matéria, além de invadir área de legislar da esfera federal, quando impõe regulamentação à atividade profissional da saúde.

Com intuito de sanar tais dissentimentos, apresentamos emenda substitutiva geral ao texto examinado.

Nestas condições esta Comissão de Constituição e Justiça manifesta seu parecer favorável, na forma do substitutivo geral em anexo.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 07.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 168/2005

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir nos Hospitais e Maternidades da Rede Pública de Saúde, a título gratuito, a obrigatoriedade do exame “Ultra Screen”, conhecido como “Teste do Dedinho”, em todas as gestantes atendidas que se encontrem no período de gravidez compreendido entre 11 (onze) semanas e 01 (um) dia e 13 (treze) semanas e 6 (seis) dias.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 07.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 168/2005

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei de iniciativa da nobre Deputada Arlete Caramês dispõe sobre a realização do exame “Ultra Screen”, também conhecido como “Teste do Dedinho”, nos hospitais e maternidades da rede pública do Estado do Paraná.

A finalidade desta medida é apontar com precisão se o nascituro possui Síndrome de Down, sendo que o exame é realizado com apenas uma gota de sangue tirado do dedo da paciente grávida.

Voto do Relator e Fundamentação

O objetivo deste projeto de lei é oferecer, gratuitamente, nos Hospitais e Maternidades da Rede Pública de

Saúde o exame “Ultra Screen”, conhecido como “Teste do Dedinho”.

O “Ultra Screen” é um protocolo de triagem pré-natal no primeiro trimestre da gravidez para fornecer à paciente qual o risco específico que tem de estar gerando um bebê com Síndrome de Down, Trissomia do cromossomo 18 e outras anomalias cromossômicas. O ultra-som (translucência nuchal) com a dosagem de marcadores séricos (substância fetais que circulam no sangue da mãe) constituem a avaliação mais sensível para triagem de Síndrome de Down.

O exame “Ultra Screen” consiste da combinação de um exame de ultra-som e um exame de sangue, realizados entre 11 semanas e 1 dia e 13 semanas e 6 dias de gravidez.

As vantagens do teste do dedinho (Ultra Screen) é que ele detecta 91% das gestações com Síndrome de Down e Trissomia do cromossomo 18, isso acontece mais cedo do que com os testes conhecidos (o teste quádruplo só é feito no 4º mês), tranquilizando a paciente caso seja negativo e caso positivo, para essas doenças, podem decidir com antecedência sobre uma possível avaliação genética do bebê.

Conclusão

Pelo exposto, opino de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 168/2005, de iniciativa da nobre Deputada Arlete Caramês, no que se refere à Comissão de Finanças.

Sala das Comissões, em 22.06.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 168/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 168/2005, de autoria da Deputada Arlete Caramês, dispõe sobre a realização do exame “Ultra Screen”, também conhecido como “Teste do Dedinho”, nos hospitais e maternidades da rede pública do Estado do Paraná.

A matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, bem assim da Comissão de Finanças.

Discordamos do parecer da Comissão de Constituição e Justiça quando diz que há vício de inconstitucionalidade na matéria, haja vista que é competência concorrente da União, do Distrito Federal e dos Municípios a proteção e defesa da saúde (artigo 24 da Constituição Federal).

Na legislatura passada foi sancionada a Lei 13.272, de 24 de agosto de 2001, que instituiu o teste da orelhinha nos hospitais do Estado do Paraná. O primeiro Município a realizar esse exame, na rede pública, foi Araucária.

No Governo de Roberto Requião, através da Secretaria de Saúde, foi enviada ao Ministério da Saúde a regulamentação da Lei 13.272, de 24 de agosto de 2001. Ela

não era autorizatória e contou com o apoio do Executivo Estadual, seja no governo anterior, que efetuou a sanção do projeto de lei com origem na Assembleia, seja no atual governo, que está regulamentando e implantando o programa de saúde.

A matéria é meritória e merece o acolhimento da Assembleia Legislativa e não invade competência federal, mesmo porque a lei deve ser corajosa e imprimir avanço social, sob pena de representar apenas um papel com letras mortas de sentido para a população.

Isto posto, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 168/2005, com a sua redação original, sem o substitutivo apresentado na Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 02.08.2005.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relatora

No item 12 há uma correção: V. Exas. receberam na Ordem do Dia como 1ª votação, mas na verdade se trata de 2ª Discussão.

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 227/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock, que dispõe o documento de identificação da pessoa portadora de deficiência e doença crônica. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDAS DA CCJ. EM ANEXO PROJETO DE LEI Nº 345/2005. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Emendas. **Aprovadas.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 227/2005

P A R E C E R :

A presente Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 227/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock, altera a redação do seu artigo 2º, conforme abaixo:

“Art. 2º O documento que trata o artigo anterior será expedido por órgão competente. Com base nos cadastros existentes do Registro Geral Civil a título de comprovação de cada deficiência ou doença para usufruir dos benefícios decorrentes das leis, atuais e vindouras, no âmbito do Estado do Paraná”.

A Emenda Modificativa em questão tem por objetivo tão somente corrigir a referência, no texto, ao Estado de São Paulo, posto que o campo de abrangência da lei só poderá ser o território paranaense, como não poderia deixar de ser.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 03.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

AILTON ARAÚJO - Relator

Discussão Única (Indicações)

ITEM 13

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 054/2003, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, que sugere ao Exmo. Sr. Governador do Estado o envio de Mensagem disposto sobre a Proteção e Defesa do Usuário do Serviço Público do Estado do Paraná. (Ex. Projeto de Lei nº 181/2003). **Aprovado. (Publ. no DA nº 015/2003, de 07/04/2003, em Projeto de Lei nº 181/2003).**

ITEM 14

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 113/2003, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que sugere a criação do Programa Estadual da Melhor Idade. **Aprovado. (Publ. no DA nº 086/2003, de 22/10/2003).**

ITEM 15

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 007/2004, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que propõe a liberação do ESTAR nas áreas e horários de cultos religiosos. **Aprovado. (Publ. no DA nº 010/2004, de 08/03/2004).**

ITEM 16

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 021/2004, de autoria da Deputada Elza Correia, que solicita providências visando a fixação da tarifa mínima de água e esgoto comercial/industrial no mesmo valor da residencial. **Aprovado. (Publ. no DA nº 049/2004, de 01/06/2004).**

ITEM 17

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 024/2004, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que propõe a transferência do Município de Fênix da Comarca de Engenheiro Beltrão para a Comarca de Barbosa Ferraz. **Aprovado. (Publ. no DA nº 069/2004, de 11/08/2004).**

ITEM 18

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 029/2004, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que dispõe sobre a proibição dos postos de gasolina inserirem terceira casa decimal nas bombas de abastecimento. **Aprovado. (Publ. no DA nº 119/2004, de 06/12/2004).**

ITEM 19

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 030/2004, de autoria do Deputado Waldir Leite e outros, que sugere o envio de expediente ao Governador do Estado solicitando a alteração do calendário escolar da região litorânea, região metropolitana e Capital do Estado. **Aprovado. (Publ. no DA nº 119/2004, de 06/12/2004).**

ITEM 20

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 024/2005, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que solicita o Poder Executivo a contratação de três mil policiais

militares para compor o efetivo da Polícia Militar do Paraná. **Aprovado. (Publ. no DA nº 051/2005, de 31/05/2005).**

ITEM 21

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 031/2005, de autoria do Deputado Barbosa Neto, que sugere a instalação de um posto avançado do Corpo de Bombeiros na Zona Oeste de Londrina **Aprovado. (Publ. no DA nº 075/2005, de 02/08/2005).**

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2241, de autoria do Deputado Francisco Bühler, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2242, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2244, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2246, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 2248 e 2249, de autoria do Deputado Alexandre Curi, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2250, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Prejudicado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2253, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 2251 e 2252, de autoria do Deputado Waldir Leite, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 2254 e 2256, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2257, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2259, de autoria do Deputado Natálio Stica, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 2260 e 2261, de autoria do Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2262, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Encerramento da Sessão:

Antes de encerrar, comunicamos aos Srs. Deputados que teremos uma Sessão Solene, logo após o término desta Sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 139, 155, 377 e 388/2005.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 434/2004; 227, 339 e 376/2005.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 384 e 168/2005.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 308/2005.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Ata de Comissão

Comissão de Ecologia e Meio Ambiente

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de agosto de dois mil e cinco, reuniu-se na Sala de Reunião da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, sob a presidência do Sr. Deputado Francisco Bühler, com as presenças dos Srs. Deputados: Renato Gaúcho, Cida Borghetti e Ângelo Vanhoni, membros da Comissão. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião. Na sequência, o Deputado Francisco Bühler, Presidente da Comissão, submeteu à votação o Projeto de Lei nº 226/2005, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin. Relator: Deputado Renato Gaúcho. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradeceu a presença dos Srs. Deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Ana Lúcia de Mello, Secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) FRANCISCO BÜHRER - Presidente
Ana Lúcia de Mello- Secretária

→→*→*→*→*→*→*→*→*→*→*→*→*→*→*→*